

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE - CÂMPUS PASSO FUNDO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

BIANCA DANIELA ARNOLD

**CRIANÇAS POTENTES: O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS
COTIDIANAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO(S) TEMPO(S) DA(S)
INFÂNCIA(S)**

**PASSO FUNDO
2024**

BIANCA DANIELA ARNOLD

**CRIANÇAS POTENTES: O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS
COTIDIANAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO(S) TEMPO(S) DA(S)
INFÂNCIA(S)**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Especialização em Gestão na Educação Básica do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Passo Fundo, como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Metodologia de Pesquisa.

Orientadora: Dra. Michele Roos Marchesan

PASSO FUNDO

2024

SUMÁRIO

1	TEMA.....	4
1.1	Delimitação do tema.....	4
2	PROBLEMA.....	4
3	OBJETIVOS.....	4
	3.1 Objetivo geral.....	4
	3.2 Objetivos específicos.....	4
4	JUSTIFICATIVA.....	5
5	REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
6	METODOLOGIA.....	9
7	CRONOGRAMA.....	12
8	REFERÊNCIAS.....	13

1. TEMA

A relação entre a qualidade na Educação Infantil e os desafios e perspectivas da Gestão escolar.

1.1 Delimitação do tema

O papel da Gestão escolar nas práticas cotidianas e a qualidade da educação nos tempos das infâncias.

2. PROBLEMA

Quais são os desafios enfrentados pela Gestão Escolar para garantir uma Educação Infantil de qualidade?

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a atuação da Gestão Escolar e os seus desafios para a melhoria da qualidade na Educação Infantil.

3.2 Objetivos específicos

- Identificar de que modo a Gestão Escolar, no contexto das infâncias, pode mediar uma educação de qualidade.
- Compreender de que maneira os desafios e perspectivas restringem ou possibilitam a qualidade na educação da primeira infância.
- Relacionar o papel da Gestão Escolar enquanto espaço democrático e como essa concepção reflete nos desafios para atingir uma educação de qualidade na Educação Infantil.

4. JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, a Educação Infantil tem passado por um longo processo de ressignificação e ocupado um espaço cada vez mais importante, tanto no cotidiano das infâncias, quanto nas discussões acerca das políticas públicas da educação brasileira. Nesse sentido, alguns documentos oficiais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), o Referencial Curricular para a Educação Infantil (Brasil, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), entre outros, apontam o acesso à Educação Infantil como um direito a ser garantido às crianças pequenas.

Considerada como a primeira etapa da Educação Básica, de acordo com o Artigo 29 da LDB, “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, texto online, 1996). É importante destacar que a partir de 2006, houve uma alteração na legislação e a Educação Infantil passou a ser considerada do nascimento até os cinco anos de idade (as crianças de 6 anos passaram a abranger o Ensino Fundamental).

Partindo de tal contexto, é notório o quanto a educação na primeira infância tem ganhado espaço, no entanto, ressalta-se que os direitos das crianças estão longe de se efetivarem. Daí a importância em trazer para o debate quem são os atores e quais são os fatores que influenciam o atendimento de modo a contribuir para a efetivação do processo educacional nas instituições de Educação Infantil, posto que é preciso ter clareza, agora, de quais são os desafios enfrentados para garantir o acesso à uma educação de qualidade no que diz respeito à primeira infância.

A partir desse entendimento, para se construir uma escola das infâncias que atenda às necessidades das crianças, os direitos se tornam, assim, fatores preponderantes para que a Gestão Escolar, a partir de uma perspectiva democrática, busque referências sobre a qualidade na Educação Infantil com a finalidade de promover a igualdade educacional, respeitando as diferenças, as desigualdades, as diversidades e oportunizando o desenvolvimento em seu sentido mais amplo, ou seja, o desenvolvimento integral da criança.

Assim, nesse cenário em que a Educação Infantil está se consolidando, algumas concepções merecem ser refletidas, identificando de que modo a Gestão Escolar pode mediar uma educação de qualidade, bem como compreender de que maneira os desafios e perspectivas restringem ou possibilitam a qualidade na educação da primeira infância.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

“A partir do momento em que enxergamos a potencialidade da conexão, desconsideramos toda e qualquer opinião culturalmente alimentada pelo senso comum. O poder da conexão com o outro evidencia necessidades reais”.

Primeiríssima Infância

O reconhecimento da condição da criança como sujeito de direitos é um fato recente na história da humanidade. Tal afirmação evidencia a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos, afinal, não há dúvidas de que os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para o seu desenvolvimento, envolvendo de maneira significativa os aspectos físico, emocional e cognitivo que serão as bases para o processo de construção de aprendizagem e interação com o mundo físico e social.

Tal concepção foi ratificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8069/1990, o qual considera, no artigo 100, parágrafo único, a criança a partir “da condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras leis, bem como na Constituição Federal” (BRASIL, 1990, p. 08)

Esse entendimento, documentado também na atual Constituição Federal Brasileira, busca ampliar suas ações para a infância através do reconhecimento e da necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças, o direito à saúde, à alimentação, à educação, a o lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar. Assim, a Educação Infantil surge como um direito da criança e dever do Estado em complementação à ação da família.

Nas últimas décadas, no campo da Educação Infantil, temos consolidado conquistas significativas no que diz respeito à garantia desses direitos, que tem como pressuposto o desejo de construir uma Educação Infantil democrática e de qualidade para todas as crianças. No caso específico das instituições dedicadas à primeira infância, a idade para iniciar a escolarização pode variar de acordo com a necessidade ou opção do núcleo familiar.

No entanto, a partir dos 4 anos, completos até 31 de março, de acordo com o corte etário da data base que o Ministério da Educação sugere, é obrigatório que toda criança brasileira seja matriculada em alguma instituição de Educação Infantil (Lei número 12.796, de 04 de abril de 2013), seja ela pública ou privada. Já a idade máxima para uma criança ingressar nessa etapa de ensino é de cinco anos e nove meses, pois aos seis anos, é obrigatório que ela seja matriculada no Ensino Fundamental..

O marco legal garante o acesso universal a todas as crianças, mas sabemos que para que a Educação Infantil seja uma realidade no contexto das infâncias, ainda temos muitos desafios para conquistar, principalmente no que diz respeito à qualidade desse atendimento, e é aqui que situamos, inicialmente, o nosso lugar de fala.

Nas contribuições de Miguel Zabalza (1998) quando pretendemos aplicar o conceito de qualidade à educação três concepções se complementam: a qualidade vinculada aos valores, a qualidade vinculada à efetividade e a qualidade vinculada à satisfação dos participantes no processo e usuários do mesmo. A partir desse entendimento, uma escola de qualidade que esteja comprometida com os valores educacionais que fazem parte do que a educação pretende oferecer para o desenvolvimento integral das crianças e da sociedade, ou seja, da eficiência em atingir bons resultados.

Além disso, Zabalza (1998, p. 32) indica que “um clima de trabalho para todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar” garantem que as ações que se desenvolvem e os resultados sejam do mais alto nível, pois a qualidade deve vincular-se tanto às pessoas que participam nos processos educativos, quanto àqueles que se beneficiam dos mesmos (pais, comunidade, sociedade).

Considerar as discussões sobre a qualidade na educação trazem importantes contribuições sobre os parâmetros que se delineiam para um bom atendimento em escolas, ou como as instituições educativas estariam cumprindo o seu papel de

forma eficaz.

Nesse caminho, de acordo com o documento “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” (BRASIL, 2009) o conceito de qualidade é subjetivo e depende de muitos fatores:

[...] os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere. No caso específico da educação infantil, a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes. (BRASIL, 2009, p. 13)

Esse documento, no que se refere à experiência acumulada em uma dada sociedade, assume a ideia de que uma escola de qualidade, além de direito de todos, é elemento básico da vida social e da cultura, oferecendo condições para que as crianças convivam com a diferença e saibam respeitá-las, a partir do viés da escola democrática. É nesse viés que o trabalho do Gestor Escolar faz-se presente.

O termo “gestão”, em consonância com as construções teóricas de Heloísa Lück (1998), pressupõe em si a ideia de participação, isto é, “do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas”. Ou seja, ultrapassando os limites tradicionais, o conceito de gestão parte da ideia de que o êxito de uma organização social depende da mobilização, da ação construtiva conjunta de seus componentes.

Discutindo as ideias da mesma autora, a gestão pressupõe a atuação participativa, e esta é condição fundamental para que a educação, neste recorte especificamente da Educação Infantil, seja condição fundamental para que a educação se processe de forma efetiva nas ações que permeiam o universo escolar.

Assim, compreender o cotidiano da educação infantil e quais são as dimensões a serem consideradas para garantir sua qualidade torna-se terreno fértil, à medida que é condição para a vivência e aprendizagem democrática de todos os seus participantes e, em especial, das crianças.

6. METODOLOGIA

“[...] O valor de nossas pesquisas depende do valor de nossas leituras. Não só dos livros, também das do mundo, das da vida, de nossas conversas de uns com os outros, de nossas prévias experiências”.

(Marques,2001,p.112).

Na obra “Escrever é preciso: o princípio da pesquisa”, Mário Osório Marques (2006) aponta a pesquisa como um dos fundamentos para o desenvolvimento humano. Neste sentido, o autor enfatiza que a educação tem um importante papel de produção do saber a partir das vivências prévias do limiar da vida de cada pessoa.

Entendendo que a pesquisa parte de um processo de questionamento, é fato que a produção do conhecimento, em sua teia de significações e contextualizações, nasce das dinâmicas da vida em coletividade, fomentada pelas múltiplas leituras do mundo. São nessas possibilidades de “leituras” que vislumbramos um campo rico de investigação científica, no que diz respeito ao contexto da Educação Infantil, em suas múltiplas vozes.

Aliado à concepção de que o valor de nossas pesquisas estão intimamente ligados ao valor de nossas leituras, é que um dos mais importantes educadores brasileiros constituiu as bases teóricas de um processo fenomenológico que reconhece o conhecimento como objeto principal da educação. Segundo Paulo Freire (2003, p. 11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, ou seja, a teoria de Freire, assim como a de Marques (2006), acreditam que todos possuem um conhecimento de mundo que precisa ser explorado pelo educador. Em se tratando do contexto da infância, essa concepção adquire ainda mais significado, pois as crianças têm maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito singular em um intenso trabalho de criação, de significação e de ressignificação.

Na perspectiva de traduzir a experiência cotidiana em ciência, partindo do pressuposto de que o que muda a aprendizagem é aprender significativamente, independente da etapa escolar em que a criança estiver inserida, é que se situa o meu lugar de fala.

Nesse sentido, aguçar o olhar pesquisador diante de uma das minhas

inquietações é, por conseguinte, indagar a própria construção da realidade e atualizá-la frente à realidade do mundo, à medida que questionar a relação entre a qualidade na Educação Infantil e delinear o papel da Gestão Escolar frente a ela, precisa ser questionado e problematizado no campo da primeira infância.

Trata-se portanto, concordando com Minayo (2007, p.16), ao enfatizar que “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” e, baseados nessa informação, a pesquisa não pode tornar-se intelectualmente um problema se não tiver sido, primeiramente, um problema da vida prática.

Tais reflexões trazem à tona, concordando com Demo (2003), que

a pesquisa científica tem como condição primeira, na escola, que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico. Ele deve munir-se de método específico e procedimentos reconhecidos cientificamente, para não correr o risco de uma pesquisa de senso comum (p. 02).

Para fazer pesquisa nesta perspectiva, é basilar compreendermos “o universo da pesquisa e de como investigar” (DELL-MASSO;COTA & SANTOS, 2014, p.03), e, para tanto, necessitamos encontrar uma abordagem metodológica que sustente a concretude das proposições anteriormente observadas. A ciência, por meio de ações organizadas, percorre seu caminho, a partir de um mapeamento sobre o que já existe sobre a temática. No entanto, como aponta Demo (2003), se de um lado “é essencial saber construir conhecimento metodologicamente adequado, discutir metodologia científica, construir textos formalmente corretos, aprender a fundamentar e a argumentar. De outro, é fundamental saber o que fazer com o conhecimento, saber pensar e intervir, propor alternativas, fazer-se sujeito de história própria, individual e coletiva (DEMO, 2014, p. 12).

Compreende-se, desta forma, que para o desenvolvimento deste movimento textual, de acordo com as ideias de Minayo (2007) e Gil (2008), utilizo-me do caráter social da pesquisa como viés epistemológico, numa concepção de pesquisa qualitativa. Por meio da pesquisa qualitativa, busco compreender a complexidade de fenômenos, de fatos e de processos particulares, considerando que permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade.

O viés qualitativo utilizado no campo das ciências sociais apontam para o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. A sua dimensão assume uma dimensão fenomenológica e é entendida,

de acordo Minayo (2007, p. 10), “como uma parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus”.

Nesse sentido, o conceito de pesquisa qualitativa em educação, de acordo com Minayo (2007), aponta para uma prática de pesquisa que não é visível, em que os dados de pesquisa são predominantemente descritivos. Em concordância com tal posicionamento, a referida autora reitera que nesse nível a análise dos dados não é visível, ela precisa ser descortinada e interpretada pelos próprios pesquisadores (MINAYO, 2007).

Partindo de tal princípio, esta pesquisa encontra-se vinculada ao **método qualitativo** a partir de uma **abordagem bibliográfica**, considerando um método eficaz uma vez que possibilita ao pesquisador ter acesso ao conhecimento já produzido, propondo respostas ao problema de pesquisa estabelecido pela investigação. No que se refere ao teor desta pesquisa, por exemplo, o termo “qualidade”, por ser um termo polissêmico, pode ter muitas leituras e pode ser analisada de pontos de vista diferentes.

Gill (2008, p.48) explicita que a pesquisa bibliográfica “utiliza materiais já existentes, como livros e artigos científicos, e pode ser a base principal de muitos estudos exploratórios”. Por isso, é importante que o pesquisador, tal como assevera o autor mencionado, tenha como um de seus focos na resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados (GIL, 2008), o que não se configura como uma mera repetição do que já foi escrito sobre o assunto, mas trará subsídios para interligar a teia de objetivos traçados para a pesquisa a partir dos desafios e/ou perspectivas na busca de teorizar sobre o que se entende por qualidade nas/das escolas de Educação Infantil.

Desta forma, entendendo que o percurso científico desta pesquisa busca compreender de que maneira os desafios e perspectivas restringem ou possibilitam a qualidade da educação na primeira infância, compreender, inicialmente, os marcos legais que sustentam a institucionalidade da Educação Infantil e que buscam garantir o efetivo cumprimento dos direitos infantis historicamente conquistados, é imprescindível.

Para tanto, dentre os documentos publicados e que versam sobre o atendimento de crianças pequenas, sustentaremos nossa pesquisa bibliográfica,

inicialmente, em quatro marcos legais, são eles: a Constituição Federal, 1988 (CF); o Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990 (ECA); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996 (LDB); e o Plano Nacional da Educação, 2000 (PNE).

Para articular esses documentos e construir as bases referenciais da pesquisa, revisitando teoricamente os conceitos de criança, infância, indicadores qualidade na Educação Infantil, papel da Gestão Escolar enquanto espaço democrático e como essas concepções refletem os desafios para atingir uma educação de qualidade, os principais autores que contribuirão com o pressuposto teórico neste trabalho são: Ariès (1973), Corrêa (2003), Demo (2007), Zabalza (1998), Dahlberg, Moss e Pence (2019) e Lück (2013).

Portanto, a partir deste delineamento metodológico, através da abordagem epistemológica em pesquisa qualitativa e do método pesquisa bibliográfica, articularemos quais são os caminhos que a pesquisa científica tem percorrido nesse eixo temático. Afinal, muito mais do que ter garantido o direito de frequentar uma instituição de Educação Infantil, a criança precisa dispor de um ambiente que contemple um lugar da infância, onde ela possa participar de vivências, permitindo assumir-se como sujeito-criança para reforçar e ampliar suas competências nesta etapa da Educação Básica que é crucial para o desenvolvimento humano.

7. CRONOGRAMA

Atividades/ Meses	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1. Escolha do tema					X	X					
2. Pesquisa sobre o tema						X	X				
3. Estrutura do projeto						X	X				
4. Elaboração do projeto						X	X				
5. Apresentação											

do projeto							X				
6. Execução do projeto								X	X	X	
7. Apresentação artigo										X	
8. Apresentação dos resultados finais da pesquisa.										X	

8. REFERÊNCIAS

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DEL-MASSO, M.C.S.; COTTA, M.A.C.; SANTOS, M.A.P. **Ética em pesquisa científica: conceitos e finalidades**. São Paulo. Unesp 2014. Disponível em: [Acervo Digital: Ética em pesquisa científica: conceitos e finalidades \(unesp.br\)](http://acervo.digital.unesp.br/etiquetas/etica-em-pesquisa-cientifica-conceitos-e-finalidades)

DEMO, Pedro. Metodologia da Investigação Científica em Educação. Curitiba: Editora IBPX, 2003.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de Ler: em três artigos que se completam. 44 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 11 ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2013,

MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: princípio da pesquisa. 4.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); Deslandes, Suely Ferreira Pesquisa social : teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

ZABALZA, Miguel. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

